

Recomendação

Implementação de bolsas de estudo

A educação é considerada o motor do elevador social por excelência, sendo referido na Constituição da República Portuguesa (CRP) no ponto 1, do artigo 74.º que «Todos têm direito à educação». Ao garantir o acesso de todos à mesma, garante-se que os cidadãos provenientes de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos melhorar as suas condições de vida, promovendo-se a justiça social. Por outro lado, a educação funciona como uma importante força motriz da economia uma vez que forma uma força de trabalho mais qualificada, inovadora e produtiva, contribuindo assim para um desenvolvimento sustentável.

A transição para a democracia em Portugal trouxe uma reestruturação profunda no seu tecido social e económico, evidenciando-se nomeadamente no acesso à educação. Se em 1970 cerca de 25% da população nacional não possuía um nível mínimo de alfabetização, nos dias de hoje são 3 em cada 100 os que não sabem ler nem escrever, sendo este valor inferior a 1% (mas não negligente) entre os jovens[1]. O acesso ao ensino superior também conheceu uma democratização crescente: em 1978 eram 81582 os alunos matriculados no ensino superior, número que quintuplicou na entrada para o novo século (400831 em 2003) e que flutuou ligeiramente nas últimas décadas até atingir um máximo de 446 mil inscritos (desde 1986 que existem mais mulheres que homens inscritos)[2]. Em termos relativos, a taxa bruta de escolarização superior disparou de 11.8% em 1978 para 57.3% em 2023[3].

Ao nível do ensino superior, apesar destes avanços, são muitos os desafios que se apresentam na hora de oferecer condições iguais de acesso, colocando-se desde o primeiro momento no percurso educativo dos jovens. Apesar dos esforços crescentes, os resultados escolares

encontram-se intimamente ligados ao estatuto socioeconómico de um estudante. De modo geral, alunos com melhores condições de vida terão um melhor desempenho escolar, refletindo um acesso desigual a meios de educação e formação[4]: quer seja no acompanhamento dado pela escola ou no acesso a ferramentas de apoio extracurricular, este é tendencialmente mais limitado em áreas menos desenvolvidas do ponto de vista socioeconómico, perpetuando ciclos de desigualdade.

Tomada em conta as despesas e os desafios inerentes à vida de um estudante universitário, no acesso a materiais e deslocação, e em muitos casos envolvendo o pagamento de uma renda e despesas básicas, o crescimento acelerado do custo de vida reflete uma ação deficiente e insuficiente do setor público no momento de apoiar os estudantes, especialmente os mais desfavorecidos. Um estudo recente indica que, em média, um estudante universitário gasta 900€ todos os meses [5]. Face a esta conjectura, é cada vez mais frequentes relatos de estudantes que abandonam o ensino superior por não terem capacidades financeiras para suportarem as despesas associadas.

Configura-se então que o envolvimento dos municípios no apoio social aos estudantes desfavorecidos no ensino superior reforça o leque de apoios essenciais para garantir a equidade no acesso à educação. Este apoio é particularmente importante num contexto de crescentes desafios socioeconómicos, que podem comprometer as oportunidades de formação superior para muitos jovens.

As bolsas de estudo apresentam-se, assim, como um apoio financeiro que permite auxiliar os estudantes mais desfavorecidos e as suas famílias a suportarem as despesas inerentes aos seus estudos, proporcionando-lhes a oportunidade de concretizarem as suas ambições.

A implementação de um programa de bolsas de estudo pela mão do Município de Setúbal surge, por conseguinte, como uma oportunidade de dar resposta a estes desafios, visando proporcionar um acesso mais equitativo ao ensino superior e motivando os estudantes do ensino secundário.

Embora as bolsas de mérito sejam um mecanismo reconhecido e eficaz para eliminar barreiras financeiras, a sua abrangência e impacto podem ser limitados se não forem complementados por estratégias adicionais. Entre estas estratégias, destaca-se a implementação de programas de mentoria, concebidos para oferecer um apoio mais amplo e personalizado, promovendo não só a continuidade académica mas também o sucesso dos estudantes no ensino superior.

Os programas de mentoria, no contexto do apoio municipal, podem desempenhar vários papéis fundamentais. Em primeiro lugar, ao promoverem uma relação de proximidade entre mentores e mentorandos, ajudam a criar um ambiente de apoio emocional e motivacional, essencial para superar os desafios inerentes à adaptação ao ensino superior. Adicionalmente, estes programas podem facilitar o desenvolvimento de competências académicas e pessoais, que tendem a ser menos acessíveis a estudantes provenientes de contextos desfavorecidos. Finalmente, a mentoria pode construir uma ponte para a integração dos jovens em redes profissionais e comunitárias, preparando-os para o mercado de trabalho e para uma cidadania ativa.

Ao assumirem um papel ativo neste domínio, os municípios podem reforçar a coesão social e contribuir para a redução das desigualdades educacionais e socioeconómicas. Para o efeito, torna-se fundamental a criação de políticas públicas locais que promovam parcerias entre as autarquias, instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil e empresas, de modo a garantir o impacto e a sustentabilidade destas iniciativas.

Consideramos que a integração de um programa de mentoria no apoio aos estudantes desfavorecidos, conjugado com as bolsas de mérito, não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia para o desenvolvimento sustentável das comunidades. Este tipo de investimento no capital humano tem o potencial de transformar vidas e de impulsionar o progresso coletivo, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Por conseguinte, é imperativo que os municípios portugueses reconheçam e assumam o seu papel enquanto agentes dinamizadores de uma educação superior acessível e inclusiva,

promovendo ações que integrem e valorizem tanto o mérito quanto o acompanhamento contínuo dos estudantes mais vulneráveis.

Assim, delibera-se que a Assembleia Municipal de Setúbal recomende à Câmara Municipal de Setúbal a:

1. Implementação de um programa municipal de mentoria, em colaboração com instituições de ensino superior, associações académicas ou voluntários.
2. Constituição de um fundo específico destinado a estudantes de mérito e economicamente desfavorecidos, residentes no município, para assegurar o acesso e a permanência no ensino superior. Este fundo será utilizado para financiar bolsas de estudo e programas complementares de apoio social.

Setúbal, 28 de fevereiro de 2025

O Grupo Municipal do PSD

Assinado por: **Rui Miguel da Costa Lamim Vieira**
Num. de identificação: 06569634
Data: 2025.02.25 22:53:00+00'00'

Referências:

- [1] PORDATA (2023). Taxa de analfabetismo segundo os Censos: total e por sexo. [X, XI, XII, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População]. INE.
- [2] PORDATA (2023). Alunos matriculados no ensino superior: total e por sexo. DGEEC/ME-MCTES, PORDATA.
- [3] PORDATA (2023). Taxa bruta de escolarização por nível de ensino. DGEEC/ME-MCTES | INE, PORDATA.
- [4] Nunes, L. C. (coord.). Da desigualdade social à desigualdade escolar nos municípios de Portugal. Fundação Belmiro de Azevedo.
- [5] Martins, S., Machado, B., Mauritti, R., Ramos, P. (2024). INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS E ACADÉMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR, 2023 CIES/ISCTE-IUL